



OS PILARES DA EDUCAÇÃO ISRAELENSE

Sawsan Ramahi

MEM ●
M●NITOR DO ORIENTE MÉDIO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Título: Os pilares da educação israelense

Foto de capa: Colunas romanas na antiga aldeia palestina de Beisan; hoje Parque Nacional de Bet She'an, no território capturado por Israel, mediante limpeza étnica, em maio de 1948 [Reprodução/CC 3.0]

Publicado em novembro de 2023.

Esta publicação preserva os direitos de copyright dos autores. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio
Estado de São Paulo, Brasil
www.monitordooriente.com

OS PILARES DA EDUCAÇÃO ISRAELENSE

Sawsan Ramahi

- Relatório publicado originalmente pelo Monitor do Oriente Médio (MEMO) – Londres em junho de 2011.

Nas últimas décadas, muito se falou sobre o “novo Oriente Médio”, tão reivindicado pelos Estados Unidos, cujo projeto se alicerça basicamente em quatro áreas:

1. Reestruturação política e de governança dos países árabes;
2. Mudanças econômicas consideráveis;
3. Mudanças nos valores culturais por meio da influência midiática;
4. Mudanças no currículo de ensino.

A questão da educação parece assumir a dianteira. Para tanto, a gestão americana preparou um relatório especial, intitulado: “O plano de Washington para reformar a grade no Egito e no mundo árabe”. A ideia repousa no âmago do projeto do Grande Oriente Médio. À medida que os Estados Unidos se concentram no currículo em uso nos Estados árabes – sob interesses gerais israelo-americanos –, preferem ignorar o racismo endêmico na grade escolar instituída pelo regime israelense.

Uma análise cuidadosa do movimento sionista demonstra que a educação sempre foi prioridade antes e depois da criação do Estado de Israel. Durante o período do Mandato Britânico na Palestina histórica, políticos impuseram pressão sobre Londres para outorgar à Agência Judaica o direito de desenvolver a grade utilizada por estudantes judeus – em maioria, europeus –, ao privar o mesmo direito aos palestinos nativos.

Além disso, a Diretoria de Educação da Palestina, sob gestão do Reino Unido, impôs um currículo de acordo com a Declaração Balfour e os instrumentos coloniais adotados para abrir caminho à criação de um “lar nacional judaico”. Em 14 de maio de 1948, foi estabelecido o Estado de Israel, quando David Ben-Gurion, seu primeiro primeiro-ministro leu a Declaração de Independência em Tel Aviv, diante de uma multidão de radicais sionistas.

O documento enunciou então uma série de elementos fundamentais para desenvolver o Estado nascente. A decisão de prescindir de fronteiras estabelecidas foi crucial para sua política expansionista. Sobre a pedagogia, Israel recorreu a uma série de mitos para doutrinar os jovens:

- Os judeus representam uma nação unificada sob uma única religião, um único idioma e uma única pátria – Israel – e devem, portanto, migrar ao novo Estado;
- A Terra de Israel é o lar nacional do povo judeu, ao qual é preciso regressar e com o qual é preciso preservar seus vínculos;
- A nação judaica demanda reformas conforme cultura e religião próprias, sob o idioma hebraico, aplicados a todos os judeus, não importa seu espectro político;
- O Torá em hebraico é considerado fonte maior da geografia, história e literatura nacional, como conteúdo basilar das tradições morais e espirituais do país;
- Os judeus são o povo escolhido por Deus, acima de todos os outros – todos os gentios (não-judeus) devem cooperar com o desenvolvimento da nação judaica e todas as ciências civilizacionais devem se inspirar sobre tais princípios;
- É preciso criar uma sociedade permanentemente militarizada, mediante recrutamento e treinamento de todos os seus cidadãos, com a introdução do ensino militar desde as escolas e instituições que estimulem nos jovens hostilidade aos árabes;
- É preciso alimentar nos jovens sionistas a ideia de que os árabes trabalham para eliminar os judeus e o Estado de Israel – a grade deve abundar em heróis sacros, sob o pressuposto de que Deus os escolheu para governar a terra – estudantes são lembrados das tragédias de seu povo ao longo da história.

Fontes didáticas sionistas

1. Pesquisadores concordam que os livros que compõem as fontes primárias da educação sionista são obras religiosas do judaísmo, sobretudo o Velho Testamento, além de interpretações e comentários rabínicos, conhecidos coletivamente como Talmude – que contêm sistemas de crença originais, diretrizes morais, juízos históricos e mesmo orientações legais de natureza política ou civil. Estes textos configuram o alicerce do processo educacional, além de decisões dos líderes sionistas ratificadas nas 23 conferências realizadas ao longo dos anos, de 1897 a 1951;
2. A segunda maior fonte para o ensino israelense são livros dos fundadores do sionismo. Por exemplo, “Roma e Jerusalém” de Moses Hess (1812 -1875), “Autoemancipação” de Leo Pinsker (1821-1891), e “O Estado Judeu” de Theodor Herzl (1860 -1904).

Outros três intelectuais servem de pedra angular à historiografia israelense: Ahad Ha’am (1856-1927), fundador da filosofia cultural sionista; Aharon David Gordon (1856-1922) e Vladimir Jabotinsky, que abraçaram a tese de filosofia do poder (1880- 1940).

Os estudantes são doutrinados em soluções abrangentes sobre as questões que emergem do sionismo, sobretudo a ocupação da terra, os assentamentos, a imigração, a expulsão dos palestinos e a evacuação de suas comunidades. Com efeito, as guerras frequentemente travadas por Israel recebem apoio para efetivamente ocupar mais e mais terras. Ao analisarmos amostras dos livros didáticos sionistas, é evidente como a hostilidade é parte da psiquê israelense. Por sua lógica, qualquer terra ocupada militarmente equivale a “terra israelense”. Todos os recursos do mundo são consagrados ao povo judeu pelas ordens do Senhor e tudo que está nas mãos dos gentios pertence, não obstante, aos judeus. Dessa maneira, é preciso “reaver” as posses dos gentios seja como for.

A educação não se limita, porém, aos estudantes mais velhos: tudo começa no jardim de infância, por meio de histórias ecoadas nos kibutzim, assentamentos e cidades.

Objetivos do ensino

1. Criar uma sociedade unificada, pré-requisito para sobrevivência do Estado colonial sionista. Há muitas congregações judaicas, mas a escola é o lugar que as reúne;
2. Construir um Estado judeu moderno baseado tanto em leis cívicas quanto espirituais;
3. Preservar o patrimônio judaico e difundi-lo entre os estudantes. O Anuário de Israel para o ano de 1956 confirma: “um dos objetivos fundamentais da educação é prover conhecimento aprofundado sobre a cultura judaica aos jovens de Israel”;
4. Reforçar a presença de Israel no coração da comunidade judaica, junto a seus interesses. Certa vez, Levy Eshkol, primeiro-ministro de Israel no começo da década de 1960, afirmou: “A vida judaica no mundo terá seu marco quando Israel se tornar sua pátria e faremos esforços incansáveis para inculcar o sentimento de pertencimento a Israel dentre os jovens judeus”;
5. A salvação do povo judeu não pode ser apenas uma crença do passado, mas se refletir na vida cotidiana de hoje;
6. O presente está sujeito a avaliação contínua à luz dos “sonhos judeus” e o passado deve, portanto, se refletir no sistema de ensino, pois memorizar a história, manter o foco e preservar a fé em uma comunidade judaica moderna e integrada são elementos necessários à filosofia pedagógica do povo judeu.

Reconhecimento e racismo

Evidências para a natureza racista da educação israelense são encontradas nas obras de dois homens que prepararam estudos analíticos sobre a história e a literatura, em particular, destinadas ao público infantil.

Em seu livro “Ugly faces in the mirror” (Tel Aviv, 1985), alerta o professor israelense Adir Cohen:

“ Há mais de 1.500 livros de diferentes categorias nas mãos da jovem geração judaica que representam o que podemos descrever como uma superestrutura de prepotência e desprezo em relação a tudo que é árabe ou islâmico. Podemos encontrar esses livros nas ruas e livrarias de qualquer cidade ou assentamento. Desde 1948 até hoje, livros, histórias e publicações podem ser incorporados em duas classes distintas:

- i. aqueles cujo público são estudantes nas escolas e instituições puramente judaicas;
- ii. aqueles impostos aos estudantes árabes nas escolas e instituições de suas comunidades e aldeias na Palestina ocupada. ”

Nili Mendler, jornalista especializado em educação, correspondente do jornal Haaretz, escreveu uma peça de opinião sobre a direção tomada pelo sionismo no que concerne a própria mentalidade dos jovens judeus:

Uma revisão breve do conteúdo dos livros de ciências humanas, incluindo obras cujo público são alunos da primeira a oitava série, mostram que estão repletas de um sentimento de desprezo e descrições desumanizantes [dos árabes].

Livros ratificados pelos Ministérios da Educação e Cultura de Israel como referência a professores e educadores são ainda mais racistas do que aqueles usados pelos próprios estudantes. Vale destacar que o que dizem tais livros sobre os árabes e muçulmanos não é uma perspectiva confinada no tempo. Edições publicadas nas décadas de 1960 e 1970 permanecem em circulação até os dias de hoje, sem jamais serem revisadas. Dados e estatísticas atualizados, que revelam as falácias sionistas sobre o Islã e a Palestina, são banidos do “ensino moderno”.

Para explicar quão racista é a grade israelense, é preciso analisar algumas matérias em particular:

1. Ensino religioso

À medida que as instituições sionistas de ensino dependem da religião, buscam impor aos jovens uma crença de que estão sempre sob influência doutrinária. Trata-se de uma abordagem que remete à formação social, emocional e mental das crianças e que avança à sua adolescência, por meio de leituras do Torá e de histórias do Talmude.

Pedagogos e intelectuais sionistas creem “que o êxito do ensino religioso em instruir gerações capazes de difundir a mensagem do sionismo é crucial para modelar a juventude e colocá-los no caminho das ambições nacionais de Israel, ao prepará-los para o recrutamento militar”.

Ao corroborar o impacto negativo da educação religiosa sobre os jovens, o sociólogo americano George Tamarin, professor da Universidade de Tel Aviv, avaliou os valores e princípios éticos imbuídos pela escola nas crianças israelenses, ao examinar impressões sociais e psicológicas do Livro de Josué – matéria de ensino. Josué é um herói bíblico cuja representação ecoa componentes particularmente violentos e chauvinistas.

Após exposição a algumas passagens do texto escritural, uma amostra de 1.066 de diversas escolas – incluindo 566 meninos e 500 meninas – respondeu a duas perguntas simples:

1. Você acha que Josué agiu certo ou errado? Justifique.
2. Suponha que Israel ocupe uma aldeia árabe. Você acha que o exército deveria agir como fez Josué em Jericó? Justifique.

Sessenta e seis por cento dos alunos expressaram apoio às ações Josué; apenas 8% manifestaram dúvidas, enquanto 26% se opuseram. Entre as respostas para a segunda pergunta, se destaca: “Penso que o que ele fez é bom porque o que queremos para nossos inimigos é que caíam em nossas mãos, ao expandir nossas fronteiras e aniquilar os árabes como fez Josué e os filhos de Israel”.

Resumi o pesquisador: “É preciso que o Ministério da Educação priorize modelos positivos do patrimônio judaico a serem repassados a nossos jovens, e não os modelos do sistema contemporâneo, que instigam ódio aos árabes, transcendência nacionalista e aversão a outros povos e outras religiões”. A administração da Universidade de Tel Aviv reagiu à conclusão sociológica de Tamarin ao demiti-lo do cargo.

2. História

A maioria dos livros de história tem uma abordagem bastante seletiva e costumam incitar seus leitores contra o cristianismo e o Islã. O livro para a sétima série “Judeus entre cristãos e muçulmanos”, publicado em 1973 pelo departamento curricular do Ministério da Educação e Cultura, por exemplo, em sua 14ª página, insiste que “massas de cristãos não somente impediram a construção de novas sinagogas e a reforma dos templos antigos, como também foram incitadas por monges o atacar, saquear e atear fogo a aldeias judaicas”.

A mesma publicação vai ainda além, ao afirmar que o ódio contra os judeus incorre de um ressentimento da Europa cristã sobre seu progresso econômico, incluindo no setor bancário por meio de empréstimos, que culminou em acusações de usura.

Ainda neste livro, há uma distorção da conversão islâmica (*da'wa*; ou convite para aceitar a fé), ao retratá-la como ato de conquista e extermínio. Na página 29, adverte a obra: “Os princípios islâmicos surgidos na Península Arábica geraram profunda consternação”. Conforme o texto, em franca distorção da história estabelecida, o Profeta Muhammad, comandara uma “guerra de extermínio contra todos os povos e tribos que não aceitaram suas ideias, ao destruir um número considerável de comunidades judaicas na Península Arábica”.

Os livros de história em hebraico negam integralmente a mera existência do povo palestino na Palestina histórica e chegam a negar sua identidade em absoluto. O livro “Breve história do sionismo” (1988), de Menachem Kidm, sequer menciona os palestinos e muito menos reconhece a Palestina histórica como fato histórico, geográfico e civilizacional, mesmo em suas raízes milenares como terra de Canaã.

Tais livros omitem – como parte de uma série de instruções editoriais – as representações da Palestina e de Jerusalém no período islâmico (a partir de 632 d.C.) e costumam ignorar os santuários islâmicos e cristãos, como o Domo da Rocha e a Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém e a Igreja da Natividade em Belém, na Cisjordânia ocupada.

Os materiais didáticos israelenses olham para a história do conflito árabe-palestino contra os colonos sionistas com dois objetivos fundamentais em mente:

1. Marginalização da presença palestina na terra e omissão das aldeias e cidades das quais 750 mil pessoas foram expulsas por milícias sionistas em 1948, parte do processo deliberado de limpeza étnica – ainda em curso. Não há menção de lideranças palestinas nas obras; seus personagens são sempre representados em termos derrotistas.
2. Marginalização do papel de Israel na Nakba (catástrofe), ao culpar as vítimas – isto é, os palestinos nativos – pelas injustiças que lhes são impostas. Os materiais jamais responsabilizam Israel pelos atos de terrorismo e extermínio infligidos ao povo palestino. De acordo com a narrativa sionista, os palestinos trouxeram a catástrofe sobre si mesmos e devem “pagar o preço”; Israel é inocente do sangue que derramou.

3. Geografia e geopolítica

Os livros de geografia do ensino fundamental, médio e preparatório, além daqueles distribuídos no treinamento de professores e nas faculdades comunitárias, seguem rigorosamente os valores sionistas, ao ponto de dizer que o “território israelense” abrange até mesmo as terras capturadas ilegalmente em 1967, para além daquelas expropriadas em maio de 1948. Em outras palavras, os livros didáticos refletem a ideologia expansionista do sionismo. Obras complementares chegam a sugerir avanços ao Levante, Iraque e Egito.

Em “Geografia Nacional de Israel”, de Ojaram Arte e Elisha Efra, não há qualquer menção a fronteiras específicas do Estado de Israel, ao insistir que as fronteiras aceitas internacionalmente são sujeitas a mudanças políticas e não equivalem aos limites da “antiga Israel”. Entre os principais objetivos dessa obra, estão:

1. Erradicar o nome “Palestina” como entidade política distinta ao vinculá-lo, quando muito, ao Levante;
2. Sugerir que os árabes e palestinos só se assentaram no local após a conquista islâmica;
3. Filtrar a toponímia do país a termos hebraicos – muitos dos quais, com raízes árabes ou cananeias –, com objetivo de alicerçar a narrativa histórica sionista e os supostos vínculos judaicos e do Torá sobre a terra;
4. Acusar os árabes de destruir monumentos civilizacionais, propagar doenças e destruir a terra, ao retratar Israel como um “Estado redentor”. O livro ilustra sua versão com imagens de áreas devastadas comparadas com terras cultivadas no território considerado Israel.

4. Valores educacionais do sionismo

Podemos prontamente concluir que o sistema sionista de ensino é baseado no militarismo para preparar estudantes, desde a infância, ao recrutamento nas Forças Armadas. É assim desde 1948, na tentativa de forjar “novos israelenses” capazes de “retornar” à terra após dois milênios para “reivindicá-la e reconstruí-la”.

Essa postura beligerante se agravou ainda mais depois de junho de 1967, quando Israel passou a ocupar Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental. Neste contexto, oficiais reformados são encorajados a se tornarem políticos. Em posições de destaque, moldam a educação sionista e se convertem em modelos comportamentais aos jovens israelenses. Entre os exemplos: Yitzhak Rabin, Ezer Weizman, Ehud Barak, Ariel Sharon, Moshe Dayan, Yigal Allon, Yisrael Galili e Rehavam Zeevi – todos pioneiros do assentamento armado sobre terras palestinas.

Erna Cazin, pesquisadora e jornalista, reafirma que qualquer um que estude a grade israelense em todas as fases do processo pedagógico poderá perceber que seus fundamentos se concentram em “nutrir o espírito de militarismo e voluntarismo às Forças Armadas, para que as crianças sejam treinadas desde cedo e cresçam como combatentes”.

Conforme Hagit Gur Ze'ev do Centro de Educação Crítica do Instituto de Kibbutzim: “A educação militarizante se alcança de diversas formas. No Dia da Independência, crianças do jardim da infância sobrem nos tanques e decoram as salas de aula com bandeiras de batalhões israelenses, em vez de celebrar valores como democracia, igualdade e paz. Mesmo nos feriados religiosos, a mensagem costuma transmitir valores do exército. Há sempre uma distinção veemente entre ‘nós e eles’ e ‘vilões e mocinhos’. O outro sempre se concebe como estranho, vilanesco. No Hannukah, por exemplo, o outro é visto como ‘mau’ e os judeus como ‘bons’, assim como os faraós egípcios durante a Páscoa (Pessach) e os romanos na data de Pentecostes. O sistema educacional claramente ignora a cultura humanitária desses festivais”.

5. Literatura infantil

Literatura infantil no currículo formal

Entre os livros de leitura propostos por Israel à terceira série do ano letivo de 1971, se destaca uma declaração concernente aos métodos de expulsão contra centenas de milhares de palestinos: “Fugiram por sete rotas, todos caíram e foram linchados; assim se espalhou esse povo arrogante”.

Ader Cohen, chefe do Departamento de Educação da Universidade de Haifa, concluiu em seu livro “Reflexos da personalidade árabe na literatura infantil em hebraico” (1985) que “estudantes concordam com a expulsão dos árabes da Palestina e a expulsão de famílias que fiquem no caminho das aspirações do governo israelense”.

Sua tese tomou como base uma pesquisa junto aos alunos, incluindo 520 jovens judeus da cidade de Haifa. “A seus olhos”, acrescentou, “os árabes odeiam os judeus e não há possibilidade de paz, pois acreditam que roubamos suas terras. Os estudantes creem que os árabes devem ser transferidos, pois têm a seu dispor diversos países árabes, enquanto os judeus têm apenas um. Indivíduos como Meir Kahane e Rehavam Zeevi, defensores da ‘transferência’ das comunidades árabes, e Ovadia Joseph, que as descreveu como ‘baratas na garrafa’, demandam abertamente a expulsão dos palestinos do Estado de Israel”.

Cohen reconheceu que os resultados lhe causaram frustração, ao advertir que o ensino da literatura em hebraico impõe às crianças uma realidade que lhes priva da inocência. Sentimentos de ansiedade e medo, de fato, são constantes na população.

Literatura infantil além da grade

Em Israel, livros de formação infantil divergem do desenvolvimento emocional e psicológico em favor de segregação, discriminação e negação do outro e de seus direitos – isto é, os árabe-palestinos.

Crianças são então expostas a atos de crueldade, desprezo à vida, ultranacionalismo e fanatismo religioso. Centenas de livros, narrativas e anedotas se devotam a alimentar nos jovens leitores sentimentos de hostilidade aos palestinos, árabes e muçulmanos.

Entre as obras mais populares no Estado sionista, podemos mencionar: “Garotas de Tchuptchik” e “Quatro amigos e a Operação Gish Etzion”, ambos de Arnona Gadot; “Quebrando as pirâmides”, de Rafael Sahar; “Amigos depois dos terroristas”, de H. Orgil; e “As crianças da Cidade Velha contra os agentes infiltrados”, de Haim Eliav.

Outro autor, Haim Gibory, conta a história de um grupo conhecido como “Havuoaz” – termo alusivo a “valentia” ou “força” –, que derrota facilmente árabes representados como “estúpidos”. Heróis populares são batizados e concebidos desde o princípio para expressar certas ideias. Ido Seter criou seu herói “Oz Yaoz” (“Oz” é “força”, “yaoz” é algo como “reunir coragem”); enquanto On Sarig criou seu Danidin, uma criança invisível.

Nili Mendler, pesquisadora em educação, em artigo ao jornal Haaretz, expôs práticas de lavagem cerebral às quais às crianças são expostas por meio da literatura, em particular, no que se refere a seu imaginário sobre os árabes. Em 1983, Mendler já admitira que os palestinos costumam aparecer nos textos didáticos em hebraico como “monstros”. Daniel Bar, especialista em pedagogia da Universidade de Haifa, corroborou a tese de lavagem cerebral.

Os árabes na literatura contemporânea

Ao descrever confrontos nos arredores de Safad, em 1921, afirmou Ehud Ben Ezer: “Os árabes realizaram atos brutais ao surpreender os judeus, espancá-los, roubar suas propriedades e assassiná-los”. A história continua a acusar a comunidade árabe nativa de estupros e homicídios, ao defender a ideia de que compreenderiam apenas a linguagem da força. “Quanto mais severos formos, mais respeito teremos. Se tratarmos essa gente com obséquios, certamente pensarão que temos medo e se rebelarão”.

Um conjunto de contos de Nathan Shaham caracteriza os presos árabes como “covardes, traidores, sem valores”. Quando um soldado remove os grilhões de um palestino, prossegue o relato, ainda em primeira pessoa: “Com grande dificuldade, impedi o prisioneiro de beijar minhas mãos; me obedeceu em tudo; trouxe-me água e fez outras tarefas. Voltou a mim todas as vezes como um cachorro que volta a sua cabana”.

Outro personagem – também um soldado israelense – acrescenta: “Disparei uma chuva de minha metralhadora e o matei. Não gostei como morreu. Gostaria que morresse com a explosão de uma mina terrestre debaixo de seus pés”.

Escolas religiosas em Israel

Devido a seu papel como pilar do Estado, a educação se tornou tema de diversas leis aprovadas pelo parlamento (Knesset). A Lei de Educação Pública de 1953 demanda do Estado que administre o ensino em todas as instituições oficiais e supervisione o currículo do Ministério da Educação. O Artigo 2 reitera: “A educação deve se basear nos valores da cultura judaica, da lealdade ao Estado de Israel e ao povo judeu e da conquista dos princípios da liderança pioneira no trabalho sionista”.

As leis israelenses também asseguraram a independência do ensino público religioso embora supostamente compartilhasse princípios da pedagogia laica – a primeira, com uma grade doutrinária complementar em relação à última.

Os judeus ultraortodoxos mantêm efetivamente sua independência em questões de ensino, entre outras. Emendas à legislação ratificadas no ano 2000 consolidaram na educação pública os princípios e valores fundacionais do Estado de Israel – isto é, o Estado exclusivamente judaico –, incluindo o estudo obrigatório do Torá, das tradições judaicas e do suposto patrimônio nacional.

Naturalmente, as escolas religiosas se concentram mais em teologia do que os colégios públicos convencionais. Orações diárias estão no cronograma, meninos têm de usar quipá nos perímetros da instituição e as festas religiosas são celebradas rigorosamente.

Em Israel, os religiosos se dividem em duas correntes gerais:

1. **Ultraortodoxos (18%)**, cuja liderança chegou a um acordo com o primeiro premiê israelense, David Ben-Gurion, para isentá-los do serviço militar para que se concentrassem na teologia por meio de suas escolas (“Yeshiva”);
2. **Sionistas religiosos (7-10%)**, que constituem a maioria dos colonos ilegais, representados historicamente no parlamento (Knesset), e consideram o recrutamento militar tanto como dever cívico quanto moral.

No fim da década de 1970, a média de religiosos nas Forças Armadas era menor do que na população total. Residentes seculares dos kibutzim – ou comunas coloniais – eram predominantes entre os soldados. Desde então, entretanto, uma transformação drástica tomou conta do Estado: cada vez menos colonos seculares se sentem convencidos ao recrutamento militar, à medida que sionistas religiosos passaram fundar instituições conhecidas como “Yeshivot Hesder” – isto é, entidades religiosas fundadas pelo exército para servir exclusivamente a militantes sionistas graduados no ensino médio.

Os rabinos incumbidos de supervisionar tais instituições buscam instruir e instigar os jovens a se voluntariarem ao campo de batalha. Para tanto, os rabinos enfatizam valores de sacrifício e martírio por sua pátria. Além de preparar os jovens psicologicamente e ideologicamente para o serviço militar, tais escolas lecionam o manuseio de armas e promovem exercícios armados como se fossem parte da educação comum. Mensalidades são pagas pelo exército, assim como a remuneração dos rabinos, que possuem controle absoluto sobre a grade curricular. O governo não tem voz nos métodos adotados, ao ponto de os alunos contestarem princípios democráticos, como aqueles defendidos (em teoria) pelo Estado de Israel.

Na prática, alunos são instruídos ao extremismo religioso com base no racismo e na xenofobia.

A maioria dos estudantes passa dezoito meses nas escolas do exército, período no qual cumprem seu serviço militar. Na pós-graduação, costumam passar mais trinta meses junto das Forças Armadas. Há 42 colégios do exército, que operam sob o slogan: “O espírito combativo é tarefa cívica de nossa religião e nosso projeto sionista”. Estudantes, portanto, não veem o serviço militar como algo que dura três e então se encerra; trata-se de uma porta de entrada às engrenagens do Estado.

Grupos religiosos dominam as unidades de elite das Forças Armadas, estimados em até 60% do contingente em alguns batalhões. Graduados do Yeshivot Hesder não apenas são levados a posições de liderança no exército regular, como também nas agências de espionagem. Embora a identidade dos oficiais de inteligência de Israel seja habitualmente confidencial, diversos vazamentos da imprensa confirmam que figuras religiosas são comuns no Shin Bet – serviço de segurança doméstico, altamente influente na tomada de decisões do Estado israelense. A polícia e a guarda de fronteira também usufruem de alto alistamento de estudantes formados nas escolas religiosas ligadas ao exército.

Devoção à cultura do ódio

Muitas interpretações da lei religiosa ajudam a perpetuar uma cultura de ódio e encorajar a juventude judaica a comportamentos racistas contra árabes e muçulmanos, abrindo caminho às atrocidades cometidas contra o povo palestinos. Quem sabe, alguns dos ensinamentos mais hediondos outorgados nas escolas militares pertencem a Mordechai Eliyahu, ex-chefe do rabinato de Israel – autoridade eclesiástica mais importante entre os sionistas religiosos.

As lições de Eliyahu se converteram em material didático frequentemente adotado por outros rabinos. Eliyahu pede a completa erradicação dos palestinos, ao considerar sua abordagem não apenas uma opinião, mas um “dever imposto pelo Senhor a ser respeitado por todos os judeus”.

O rabino Eliezer Melamed, diretor da escola militar do assentamento de Tafoh, por exemplo, incitou expressamente a seus alunos a roubarem colheitas palestinas, ao descrever os camponeses nativos como “forasteiros”, cujas posses devem ser apreendidas.

Pesquisas em Israel revelam que a vasta maioria da população crê que judeus ultraortodoxos devem servir ao exército. Em 2008, oitocentos membros de comunidades ultraortodoxas deixaram suas escolas eclesiásticas para se alistarem ao exército, ao declarar que o Torá não seria sua vocação. No ano seguinte, as estimativas pularam a dois mil estudantes, como indicação de uma mudança de larga escala na composição religiosa das Forças Armadas, rumo ao apagamento da distinção prévia entre prática espiritual e serviço militar.

De maneira geral, podemos deduzir que o ensino se converteu em um processo religioso-militar influenciado por membros bastante extremistas e influentes do rabinato.

Racismo entre os jovens contra os palestinos

Um estudo do Instituto Van Leer de Israel questionou 600 jovens israelenses entre 15 e 18 anos, entre homens e mulheres, sobre sua opinião referente aos árabe-palestinos. Estes são os resultados:

- 92% creem que os sionistas têm direito a toda Palestina;
- 50% querem mitigar ainda mais os direitos econômicos dos palestinos nativos;

- 56% rejeitam qualquer igualdade com os árabes; 37% defendem igualdade no serviço militar;
- 40% apoiam ações clandestinas contra os palestinos;
- 30% apoiam o movimento terrorista Kach;
- 60% concordam com a expulsão de todos os palestinos do país.

Hala Espanioly, presidente da Comissão de Acompanhamento para Questões do Ensino na Palestina de 1948, enviou uma carta bastante dura a Gideon Saar, então ministro da Educação, para denunciar os planos de sua pasta referentes às tendências discentes ao racismo, ultranacionalismo e ideais antidemocráticos. A carta deu destaque aos níveis preocupantes de racismo entre jovens judeus.

Pesquisas demonstram, por exemplo, que 50% dos estudantes israelenses se recusam a dividir a sala de aula com colegas palestinos; o índice é o mesmo para jovens judeus que se negam a ter árabes até mesmo como vizinhos nos bairros onde residem. Cerca de 70% acreditam que, diante do suposto conflito entre segurança do Estado e valores democráticos, deve prevalecer a “segurança”.

Segundo Espanioly, a situação se agrava devido às políticas introduzidas por Israel para alterar o currículo cívico e incluir visitas de campo à cidade ocupada de Hebron, entre outras, além da aplicação de leis discriminatórias que suprimem a narrativa histórica palestina e levam à intimidação de professores pela simples menção da Nakba nas escolas. A pesquisadora alertou ainda que tais políticas encorajam tendências contrárias a conceitos como democracia, pluralismo, tolerância e respeito. Para Espanioly, é preciso haver uma série de mudanças no sistema de ensino para estimular tais valores entre os jovens, além de alocar recursos e programas para combater o racismo emergente na sociedade israelense.

Espanioly reafirmou que, apesar de uma tentativa de 1999 para introduzir modificações simples nos objetivos da educação em Israel, conforme proposta legislativa para regulamentar a educação árabe, jamais houve resposta dos membros do Knesset sobre o assunto.

Oslo emendou a grade de Israel?

Um grupo de pedagogos estudou os livros didáticos israelenses, assim como as obras infantis e romances ficcionais, com intuito de demonstrar que a “demonização” dos árabe-palestinos permeia quase toda a literatura, ao distorcer a história factual em favor do projeto colonial sionista. Conforme a pesquisa, após os Acordos de Oslo, houve um reconhecimento parcial da história palestina por meio de uma escola de “novos historiadores” israelenses. No entanto, podemos observar uma nova fase na qual há um regresso bastante beligerante às raízes racistas do sionismo e de sua representação dos palestinos, árabes e muçulmanos.

Ainda assim, na década de 1990, após Oslo, quando sionistas “moderados” assumiram a gestão do ensino, a maioria dos textos didáticos passou a retratar o conflito como motivado por divergências culturais entre dois povos, em vez do colonialismo. Um livro para a nona série, escrito por Eyal Naveh, intitulado “Século XX: Encruzilhada do amanhã”, pertence a essa onda de novos historiadores, ao propor certo reconhecimento indireto da Nakba – sem jamais mencioná-la – por meio de eufemismos coloniais. Enuncia o texto:

“ Os árabes viam os sionistas como um elemento estranho por várias razões, incluindo seu estilo de vida ocidental e moderno, inconsistente com as tradições locais”. Dessa forma, a resistência palestina não seria fruto de sua identidade nacional e civilizacional, mas medo da “modernidade ocidental. ”

No capítulo IX, continua Naveh:

“ Os árabe-palestinos não eram organizados em termos políticos e institucionais, como era o movimento sionista. A vasta maioria, composta por camponeses analfabetos, era sujeita à influência de pregadores religiosos tradicionalistas, que alegavam que o movimento sionista equivalia a um tipo de feitiçaria contra os santuários islâmicos e as tradições do povo árabe. Qualquer chance de cooperação entre árabes e judeus foi frustrada desde o princípio apesar dos esforços britânicos para tanto. ”

É essa a versão dos “novos historiadores”, ao reescrever a história da entidade sionista com ténue reconhecimento formal da existência palestina; todavia, distorcendo a história e sem sequer mencionar o direito palestino à terra e ao retorno.

Críticos apontam que mapas de tais livros “moderados” tampouco reconhecem a “Linha Verde” – fronteira imposta pela comunidade internacional – sem nenhuma referência a Nazaré ou outras cidades árabes no território considerado Israel. Na maioria desses mapas de geografia e outras matérias, os assentamentos ilegais na Cisjordânia são descritos como parte de Israel. Neste sentido, questionou um pesquisador e pedagogo israelense: “Quando os palestinos escrevem Palestina em seus mapas, é designado como incitação. Portanto, o que podemos dizer quando nossos livros chamam a Cisjordânia de Judeia e Samaria?”

Alguns analistas negam que Oslo tenha incorrido em qualquer mudança – mesmo mínima – ao ensino em Israel. Na década de 1990, Bar Tal examinou livros de história, geografia, literatura e educação moral e cívica e confirmou que as obras em hebraico ainda glorificavam o conflito.

Nos livros usados pelos grupos ultraortodoxos, o conflito é representado com seu viés mais agressivo e os árabes são retratados por meio de estereótipos pejorativos. Uma pesquisa de 1997 revelou que as obras didáticas em hebraico ainda usam materiais datados que ignoram deliberadamente o suposto processo de paz.

Concluiu um dos pesquisadores:

“ Parece que a paz permaneceu fora das salas de aula, como se pertencesse ao campo da política e das opiniões, ou como um leve desvio do curso da história do Estado de Israel, repleta de guerras. Isso nos sugere uma pergunta: De que vale mudar os livros se a paz, conforme o ponto de vista do poder, é apenas um capítulo breve e passageiro? ”

O período em que Limor Livnat, do partido Likud, assumiu o comando do Ministério da Educação (2001-2006) foi marcado pela ascensão da extrema-direita nos corredores da pasta. O pesquisador Sami Shalom Shitrit reafirma que seu mandato foi “o mais perigoso para a educação israelense, ao qual pouco crédito se dá”. Segundo Shitrit, a gestão de Livnat pode sim ser descrita como “absolutamente fascista”. Conforme sua análise, o primeiro sintoma foi a adoção de jargões de extrema-direita em livros didáticos “liberalizantes” – na prática, excluindo textos que carecessem do viés narrativo favorável ao sionismo.

De maneira geral, é evidente que o sistema de ensino em Israel produz cidadãos racistas que odeiam tudo que é árabe e palestino. Colonos atropelam crianças nas estradas; profanam lugares de culto, sobretudo mesquitas; e destroem aldeias inteiras na Cisjordânia.

Porém, há pouca ou nenhuma pressão internacional para responsabilizar a grade israelense por tamanha escalada, muito ao contrário da pressão imposta sobre árabes, palestinos e ativistas solidários por supostos materiais “antisemitas”, que meramente apresentam a narrativa palestina sobre a história da terra. O objetivo é garantir a supremacia sionista, mesmo nas salas de aula e em eventos de educação e cultura.

A comunidade internacional usa recursos assistenciais neste sentido, ao ameaçar revogá-los caso não haja concessão do lado palestino. Vale observar que a Agência das Nações Unidas para a Assistência dos Refugiados da Palestina (UNRWA) mantém um programa de conscientização sobre os horrores dos Holocausto em suas instituições de ensino, tanto nos territórios ocupados quanto nos Estados árabes vizinhos, sob a diretriz de construir uma “cultura da paz”.

Na prática, tamanha assimetria busca perpetuar a aceitação da injustiça histórica, do deslocamento forçado e das perdas ainda em curso do povo palestino, sem qualquer contrapartida de Israel.

MEMO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

Criando Novas Perspectivas



monitordooriente.com



[/monitordooriente](https://www.facebook.com/monitordooriente)



[@monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)



[@monitordooriente](https://www.instagram.com/monitordoorient)